Publicado em 30/03/2022 - 05:50

Valter Suman é afastado da Prefeitura

PELO TRF. Anúncio foi feito por Raphael Vitiello horas depois da Operação Nácar

Valter Suman é afastado da Prefeitura

NAIR BUENO/DL

Delegados e delegada da PF mantiveram sigilo do nome dos investigados, mas não descartaram novas investidas nos próximos dias

O prefeito de Guarujá, Valter Suman (PSDB), foi afastado do cargo. A decisão foi anunciada na sessão legislativa de ontem, pelo primeiro secretário da Câmara, vereador Raphael Vitiello (PSD).

"O investigado Valter Suman fica suspenso do cargo de prefeito, pelo Tribunal Regional Federal (TRF)", leu o parlamentar.

O afastamento de Suman se deu logo após a Polícia Federal ter realizado 55 mandatos de busca e apreensão em 31 endereços diferentes, apreendido R$ 2 milhões em dinheiro e bloqueado mais de R$ 110 milhões de bens – entre eles dois veículos de luxo das marcas Porsche e Jaguar.

Há informações de afastamento de ocupantes de cargos comissionados e eletivos de suas funções.

COLETIVA.

Na manhã de ontem, os delegados e delegada da Polícia Federal (PF) Raphael Astini, Fabiano de Lucena Martins, Márcio Magno Xavier e Luciana Fuschini Nave, participaram de uma coletiva de Imprensa, realizada na Superintendência o Órgão. Eles fizeram questão de omitir nomes para não atrapalhar as investigações.

Foi a segunda ação dentro da Operação Nácar, integrada com a Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os representantes da PF não deram nomes dos investigados por conta do segredo de Justiça, mas informações extraoficiais dão conta que a PF esteve em seis gabinetes da Câmara de Vereadores.

No entanto, diferente do que foi divulgado preliminarmente pelo Diário, o vereador Raphael Vitiello (PSD) não estava entre os investigados.

A PF também esteve na residência do prefeito Valter Suman (que não estava em Guarujá), entre outros locais, de onde foram apreendidos documentos, computadores e até aparelhos celulares. Há informações que dois secretários municipais estão entre os investigados. Ninguém foi preso.

A segunda fase da Nácar visou o aprofundamento das investigações que apuram fraudes nas contratações das áreas da saúde e da educação realizadas pela Prefeitura de Guarujá.

A investigação tem como objetivo o combate de possíveis crimes de corrupção, desvios de recursos públicos e outros crimes correlatos, envolvendo verbas federais.

Os 55 mandados envolveram não só Guarujá, mas Santos; São Vicente; São Bernardo do Campo; Carapicuíba; São Paulo; Campos do Jordão; e Brazópolis (MG). Participaram da deflagração 225 policiais federais e três auditores da CGU.

Dentre as medidas determinadas pela Justiça Federal, Os investigados podem responder pelos crimes de peculato, corrupção ativa e passiva, fraude em licitação, organização criminosa e lavagem de dinheiro. As penas, se somadas, podem variar de 12 a 46 anos.

Nácar é a substância liberada pela ostra para se proteger e conter o corpo estranho, formando assim a pérola. O nome da operação é uma alusão ao processo de contenção de supostas ações criminosas em Guarujá, conhecida como Pérola do Atlântico.

NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Válter Suman, afastado ontem a pedido da Justiça, será substituído pela vice-prefeita Adriana Machado

PF realizou 55 mandatos de busca e apreensão em 31 endereços diferentes, apreendeu R$ 2 milhões em dinheiro e bloqueou mais de R$ 110 milhões

INOCENTADO.

Dentro da questão que envolve a operação, ano passado, por 11 votos a cinco, o prefeito Válter Suman (PSDB) foi inocentado pela Câmara e o processo de impeachment foi arquivado pelo Legislativo.

Há informações que um novo processo foi protocolado ontem mesmo na Casa, pelo engenheiro José Manoel Ferreira Gonçalves, autor do primeiro pedido de impeachment, diante da nova fase da Nácar.

Suman foi acusado de eventuais irregularidades relacionadas à Organização Pró-vida, à empresa AM da Silva Serviços Administrativos Ltda, à ACENI - Instituto de Atenção à Saúde e Educação.

O prefeito Válter Suman e o secretário de Educação, Marcelo Nicolau, chegaram a ser presos no dia 15 de setembro passado.

A investigação começou quando o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) indicou que haviam indícios de irregularidades no contrato entre a Prefeitura e a Organização Social Pró-Vida, que é responsável por administrar a UPA da Rodoviária e 15 Unidades de Saúde de Família (Usafa).

Por envolver verbas federais, o caso foi encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF) e para a Polícia Federal.

Em 20 de setembro daquele ano, Válter Suman retornou ao cargo, após a Justiça conceder a liberdade provisória.

Ele é investigado por ser suspeito de comandar uma organização criminosa que teria desviado mais de R$ 109 milhões da área da Saúde. Em sua defesa, disse na época que o dinheiro encontrado na casa dele pela PF teriam sido lucros de uma propriedade rural do Interior de São Paulo que estaria declarada adequadamente no Imposto de Renda. **(Carlos Ratton)**.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.